

JÁ HÁ ESPERANÇA NO COMÉRCIO

Aumento nas consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito é sinal de reaquecimento nas vendas

Os primeiros efeitos positivos do Novo Cruzado já começam a ser sentidos: aumentaram as consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito e está prevista uma redução no número de concordatas e de títulos protestados. A afirmação é do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, ontem à tarde, na sede da entidade. Segundo ele, a maior procura ao SPC é uma prova de que está sendo reaquecido o consumo e aquelas vendas que haviam sido adiadas começam a se realizar.

Os números divulgados ontem pelo SPC — Serviço de Proteção ao Crédito — que serve como indicador do volume de vendas a crédito — confirmam a informação de Trussardi. Em abril, o número de consultas foi de 675.876 e, em junho, pulou para 805.984, sendo que a intensificação ocorreu depois do dia 15. Segundo o SPC, os videocassete lideram as vendas, seguidos por televisores, geladeiras e fogões.

O presidente da Associação Comercial lembrou ainda que está havendo um certo alívio por parte dos pequenos empresários, principalmente porque já está ocorrendo a liberação de recursos para o setor. "Eu recebi uma lista da Febraban onde constam os valores, os bancos e as empresas que já conseguiram financiamento." Esse fato, segundo ele, irá contribuir para a esperada redução no número de concordatas e de títulos protestados. "Os números vão continuar altos porém já apresentam uma redução."

Semestre ruim

Realmente os números foram altíssimos neste primeiro semestre: requereram-se na Capital, 393 concordatas, contra 39 no mesmo período do ano passado. Esse número é até maior que os 175 registrados no primeiro semestre de 1983, auge da última grande recessão vivida pelo País. Este ano, o setor mais atingido foi o têxtil, com 120 pedidos até o final de junho nos Estados de São Paulo e Rio.

No primeiro semestre foram requeridas 2.164 falências na Capital, envolvendo 1.559 empresas e superando em 541 o número de pedidos apresentados no primeiro semestre de 86. De janeiro a maio de 86, segundo levantamento da Associação Comercial de São Paulo, foram decretadas 39 falências no setor industrial, atingindo principalmente o ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, com 12 falências. No mesmo período, a indústria registrou 56 falências, sendo oito no setor metalúrgico, oito no de vestuário e oito no editorial/gráfico. Em todo o ano de 83, o número de falências na indústria foi de 248. O recorde ficou para o setor metalúrgico, com 58, seguido pelo de vestuário e o gráfico, ambos com 27.

No comércio foram decretadas 92 falências desde janeiro, ficando 17 para o setor de tecidos, armários e artefatos de tecidos e 18 para o de produtos alimentícios. Em 86 foram decretadas — também nos seis primeiros meses — 115 falências no comércio; e, em 83, o setor ficou com 472 falências de janeiro a dezembro.

Para o setor de serviços, foram decretadas neste ano 17 falências, contra 29 do mesmo período do ano passado (quando o destaque ficou para o setor de engenharia, construções e instalações, com dez) e 87 durante 1983. Vale observar que, em 83, o setor de confecções, hoje incorporado ao ramo "vestuário, calçados e artefatos de tecidos", era classificado isoladamente e teve 16 falências.

O presidente da Associação Comercial, Romeu Trussardi Filho, atribuiu o significativo aumento dos pedidos de concordata à elevação das taxas de juros e à queda no nível de atividades.

Empresas de capital aberto também não ficaram imunes aos problemas econômicos do País e, desde janeiro, 11 entraram com pedidos de concordata. O setor recorde foi o de Informática, com os pedidos da Amelco (que abriu capital em 86), Dismac, Flexidisk e Polimax. A Brasil Oiticica, fabricante de óleos comestíveis, também concordatária, abriu capital este ano.

Entre as microempresas, foi registrado, de acordo com a Abame (Associação Brasileira de Microempresa), o fechamento de aproximadamente 117 mil empresas até maio (sendo 84.116 só nesse mês) e pouco mais de 10.500 aberturas. No primeiro semestre do ano passado, ocorreram cerca de 2.300 fechamentos e 260 mil aberturas. No primeiro semestre de 85 foram abertas 94.927 microempresas e fechadas 320.

Segundo a presidente da Abame, Sandra Adalgiza Barboza, a principal razão da inversão de tendência foi o crescimento exagerado das taxas de juros, que passaram de 2% para "o absurdo de 38%", gerando inadimplência, retração de consumo e encarecimento de matéria-prima. Com o novo plano, explicou, o aumento dos custos de produção (energia e combustível) a persistência de altas taxas de juros, e a revelia dos bancos no cumprimento da Resolução 1.335/1.337 (que daria abatimento de parte da correção monetária no pagamento dos empréstimos) levaram ao agravamento da situação.